



**MARINHA DO BRASIL**  
**PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA**  
Rua da Ponte S/N – Ilha das Cobras – Centro – Edifício 23 do AMRJ, 4º andar  
**CEP: 20091-000 – Rio de Janeiro/RJ**

(Processo Administrativo nº 63438.001665/2025-87

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73202/20\_\_-\_\_/\_00,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA E O  
\_\_\_\_\_.

A PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA, com sede na Rua da Ponte, s/nº, edifício 23 do AMRJ, 4º andar, Ilha das Cobras, Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.502/0438-97, neste ato representada pelo Capitão de Mar e Guerra (IM) \_\_\_\_\_, nomeado pela Portaria nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_, publicada no DOU de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_, portador da matrícula funcional nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_, doravante denominado CREDENCIANTE, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ doravante designado CREDENCIADO, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função no CREDENCIADO), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 63438.001665/2025-87 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento nº 01/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO** ([art. 92, I e II](#))

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação tem por objetivo propiciar o processamento, por intermédio do Sistema de Pagamento de Pessoal da Marinha (SISPAG), da Pagadoria de Pessoal da Marinha (PAPEM), dos descontos autorizados pelos militares ativos, veteranos e pensionistas da Marinha, relativos ao objeto previsto no edital de credenciamento 01/2025. Essa empresa está credenciada para fornecer os serviços solicitados através do pedido de credenciamento da CONTRATADA anexo a este contrato, conforme as condições dispostas do edital supramencionado da Pagadoria de Pessoal da Marinha (PAPEM) ao qual fica vinculado.

**1.2.** Os descontos de que trata esta cláusula serão processados pelo Sistema de Pagamento da Marinha – SISPAG.

**1.3.** A implantação do desconto em folha de pagamento dar-se-á mediante prévia e expressa autorização do Pessoal da Marinha, beneficiários do presente Contrato, à CONSIGNATÁRIA.

**1.4.** A **CONSIGNATÁRIA** obriga-se a repassar à **CONSIGNANTE**, por meio do setor competente, as informações a respeito de implantações, exclusões e alterações, por intermédio de meio informatizado a que alude a Cláusula Sexta deste instrumento.

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1. O Termo de Referência;

1.5.2. O Edital de Credenciamento nº 01/2025; e

1.5.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

2.1. "Pessoal da **Marinha**", doravante denominado **CONSIGNADO**, entende-se os militares ativos, veteranos e seus pensionistas, ex-combatentes e anistiados políticos, de acordo com o previsto na alínea "5.1" da Cláusula Quinta deste Contrato, que mantém vínculo de remuneração com a Marinha e relação com o SISPAG e que expressamente autorizaram a inclusão de um desconto em Bilhete de Pagamento (BP) em favor da **CONSIGNATÁRIA**. Ressalta-se que os Beneficiários de Pensão Alimentícia não têm vínculo de remuneração com a Marinha do Brasil e, portanto, não podem consignar em folha de pagamento;

2.2. Por "Desconto Autorizado", entende-se a autorização dada pelo **CONSIGNADO** à **CONSIGNATÁRIA**, para que, por intermédio da **CONSIGNANTE**, desconte da sua remuneração mensal, em Bilhete de Pagamento (BP), uma quantia acordada, dentro dos limites estabelecidos em Lei;

2.3. Por **CONSIGNATÁRIA**, entende-se a Entidade Consignatária Contratada, Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que mantém Contrato com a **CONSIGNANTE** (a Diretoria de Pessoal da Marinha) para o processamento de descontos autorizados, de parcelas em folha de pagamento dos militares ativos, veteranos e pensionistas de militares falecidos. "Pessoal da Marinha", doravante denominado **CONSIGNADO**, entende-se os militares ativos, veteranos e seus pensionistas, ex-combatentes e anistiados políticos, de acordo com o previsto na alínea "a" da Cláusula Sexta deste Contrato, que mantém vínculo de remuneração com a Marinha e relação com o SISPAG e que expressamente autorizaram a inclusão de um desconto em Bilhete de Pagamento (BP) em favor da **CONSIGNATÁRIA**. Ressalta-se que os Beneficiários de Pensão Alimentícia não têm vínculo de remuneração com a Marinha do Brasil e, portanto, não podem consignar em folha de pagamento;

2.4. Por "Desconto Autorizado", entende-se a autorização dada pelo **CONSIGNADO** à **CONSIGNATÁRIA**, para que, por intermédio da **CONSIGNANTE**, desconte da sua remuneração mensal, em Bilhete de Pagamento (BP), uma quantia acordada, dentro dos limites estabelecidos em Lei; e

2.5. Por **CONSIGNATÁRIA**, entende-se a Entidade Consignatária Contratada, Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que mantém Contrato com a **CONSIGNANTE** (a Pagadoria de Pessoal da Marinha) para o processamento de descontos autorizados, de parcelas em folha de pagamento dos militares ativos, veteranos e pensionistas de militares falecidos.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – ABRANGÊNCIA

3.1. A abrangência deste Contrato é para todo o Território Nacional Brasileiro, onde haja ou possa haver **CONSIGNADO**.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO E DIRETRIZES DE CONDUTA

4.1. As Regras de Funcionamento e Operacionalização do Desconto Consignado em Folha de Pagamento e as Diretrizes de Conduta para as Entidades Consignatárias, documentos anexos a este Contrato, serão editados pela PAPEM. Quando houver necessidade de atualização das mesmas e serão disponibilizadas à **CONSIGNATÁRIA** no Sistema Digital de Consignações.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONSIGNAÇÃO

### 5.1. Podem ser CONSIGNADO:

- 5.1.1. Os militares da MB previstos na Medida Provisória (MP) nº 2215-10 de 31AGO2001;
- 5.1.2. Os pensionistas de militares da MB falecidos e os ex-combatentes; e
- 5.1.3. Os anistiados políticos que mantém vínculo remuneratório com a **MB** (Lei nº 10.559/2002);
- 5.1.4. Para fim deste Contrato, caberá sempre à **CONSIGNATÁRIA** a total responsabilidade sobre os atos praticados por seus correspondentes, agenciadores, corretores ou representantes que atuem em seu nome, assim como estabelecido na Resolução nº 4.935 de 29 de julho de 2021, que dispõe:

***“Art. 3º O correspondente atua por conta e sobre diretrizes da instituição contratante, que assume inteira responsabilidade pelo atendimento prestado aos clientes usuários por meio do contratado.”***

***“Parágrafo único. Cabe a instituição contratante garantir a integridade, a confiabilidade, a segurança e o sigilo das transações realizadas por meio do contratado, bem o cumprimento da legislação e da regulamentação relativa a essas transações. (...)”***

5.2. Fica estabelecido que qualquer ônus ou prejuízo, financeiro ou não, decorrente de inadimplência do **CONSIGNADO**, em saldar os compromissos correspondentes aos descontos em sua remuneração, é de inteira e exclusiva responsabilidade do próprio **CONSIGNADO**, sendo consideradas ineficazes quaisquer ações promovidas pela **CONSIGNATÁRIA** contra a **CONSIGNANTE**, por força deste Contrato;

5.3. A inobservância dos prazos de resposta estipulados pela **CONSIGNANTE**, para as reclamações dos **CONSIGNADOS**, poderá acarretar no bloqueio do acesso da **CONSIGNATÁRIA** ao Portal para novas consignações, a suspensão da parcela motivadora da reclamação, bem como a suspensão da **CONSIGNATÁRIA** até que a situação seja regularizada;

5.4. Caso a **CONSIGNATÁRIA** efetue desconto em desacordo com os termos deste Contrato, o mesmo poderá ser rescindido, garantindo-se, entretanto, a oportunidade de apresentação de esclarecimentos;

5.5. A senha do **CONSIGNADO** para acesso ao Portal de Consignações é pessoal e intransferível. A **CONSIGNATÁRIA** não poderá ter acesso a essa senha, armazená-la, registrá-la em arquivo ou exigir que o **CONSIGNADO** a forneça. A **CONSIGNATÁRIA** que exigir, capturar ou armazenar a senha do **CONSIGNADO** poderá ser bloqueada no Portal ou até ter o Contrato rescindido; e

5.6. O presente Contrato será executado sem qualquer ônus para a Marinha do Brasil.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE CONSIGNAÇÕES - “PORTAL”

6.1. A **CONSIGNANTE**, por intermédio de uma empresa especializada em gestão de consignações, disponibilizará um Portal na “Internet” (Sistema Digital de Consignações da Marinha), para acesso às informações atinentes à identificação e à margem consignável dos **CONSIGNADOS**, cujos pagamentos sejam processados pelo SISPAG. A **CONSIGNATÁRIA**, por intermédio desse Portal, realizará, “on-line”, a reserva de margem para o valor comprometido, ficando, desta forma, abatida a margem consignável;

**6.2.** A administração e o controle do Sistema será responsabilidade da **CONSIGNANTE** que, por intermédio da empresa que presta o serviço de manutenção do sistema à **CONSIGNATÁRIA**, poderá:

**6.2.1.** Manter informações cadastrais do sistema, bem como o cadastro de Entidades Consignatárias;

**6.2.2.** Providenciar rotinas mensais de integração entre o Sistema Digital de Consignações e a Folha de Pagamento;

**6.2.3.** Suspender, temporariamente, o funcionamento do Sistema Digital de Consignações, com a finalidade de efetuar a manutenção do referido Sistema.

**6.3.** O custo mensal de manutenção, funcionamento e desenvolvimento do Sistema Digital de Consignações deverá ser custeado, em seu valor total, pelas **CONSIGNATÁRIAS** contratadas, que deverão formalizar diretamente com a empresa prestadora do serviço um documento para esse fim;

**6.4.** A **CONSIGNANTE** fica isenta de toda e qualquer responsabilidade advinda da falha de operacionalização do Portal por parte da empresa prestadora do serviço;

**6.5.** A **CONSIGNATÁRIA** terá a expectativa de processamento dos descontos registrados no Portal, desde que os mesmos não excedam a margem consignável dos **CONSIGNADOS** e observado o contido na alínea anterior;

**6.6.** Fica facultada à **CONSIGNATÁRIA** o registro de dados do contrato de desconto consignado no Sistema Digital de Consignações da Marinha do Brasil, por intermédio de interação entre sistemas (Desconto Digital = automação), desde que atendidas as especificações técnicas e de segurança estabelecidas pela **CONSIGNANTE** e pela empresa que presta manutenção nesse Sistema;

**6.7.** Entende-se por Desconto Digital (automação) a interação realizada entre o Sistema Digital de Consignações e o sistema informatizado da **CONSIGNATÁRIA**, na qual o **CONSIGNADO** autoriza o desconto consignado na Folha de Pagamento, por intermédio de canais exclusivamente digitais, tais como, *smartfone*, PC, totem de auto-atendimento ou outro canal que não enseje a interação entre humanos, como por exemplo, ligação telefônica. As regras operacionais para o Desconto Digital (automação) estão contidas nas Regras de Funcionamento e Operacionalização do Desconto Consignado em Folha de Pagamento, anexas a este Contrato;

**6.8.** A **CONSIGNATÁRIA** não poderá, em momento algum, utilizar softwares que interajam com o Sistema Digital de Consignações, a fim de possibilitar o acesso remoto às tabelas de dados ou às informações de forma eletrônica, ou mesmo, acessar remotamente funcionalidades do sistema, exceto na modalidade de Desconto Digital (automação), na qual a **CONSIGNATÁRIA** poderá, a seu critério e risco, operacionalizar tal modalidade, cumpridas as especificidades técnicas e de segurança do Sistema Digital de Consignações, apresentadas pela **CONSIGNANTE** e pela empresa que presta manutenção no referido sistema. A exceção de interação entre sistemas apresentada nesta alínea não exclui a operacionalização do Crédito Convencional e do Leilão Reverso e se aplica, exclusivamente, ao Desconto Digital (automação), sendo vedada a sua utilização para outro fim. A inobservância do disposto nesta alínea poderá acarretar a suspensão da **CONSIGNATÁRIA** ao Sistema ou até mesmo a rescisão deste Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DESCONTOS DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA, SEGUROS, PECÚLIO E PREVIDÊNCIA PRIVADA**

**7.1.** Os descontos de mensalidade associativa, seguros, pecúlio e previdência privada seguirão as regras do empréstimo consignado, no que couber

**7.2.** Para cada desconto de mensalidade associativa, seguros, pecúlio e previdência privada será necessário um código único para lançamento da parcela no Portal de Consignações. No entanto, será permitido os reajustes de parcelas sem a necessidade de utilização de um novo código, desde que o reajuste este-

ja previsto no contrato assinado pelo **CONSIGNADO**;

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CONVENCIONAL**

**8.1.** O prazo máximo de um contrato de empréstimo será de 72 meses;

**8.2.** A taxa máxima do Custo Efetivo Total (CET) a ser aplicada nos empréstimos consignados será estipulada pela Diretoria de Finanças da Marinha (DFM), observando-se as condições do mercado do Consignado e as variações do cenário econômico no país, podendo ser alterada a qualquer tempo;

**8.3.** A **CONSIGNATÁRIA** lançará diretamente no Portal de Consignações, a qualquer tempo, o Custo Efetivo Total - CET, claramente definido em termos efetivos, obedecendo o teto máximo estabelecido pela DFM;

**8.4.** A **CONSIGNATÁRIA** se obriga a verificar se os dados que compõem o contrato assinado com o **CONSIGNADO**, incluídos a composição detalhada do CET, o Valor Líquido Liberado e o número de prestações, estão rigorosamente idênticos ao lançamento do contrato efetuado no Portal, conforme previsto no 8.14. da Cláusula Oitava. Em caso de discordância das informações, a **CONSIGNATÁRIA** poderá ter o acesso ao Sistema suspenso para novas consignações, até que regularize o lançamento e, quando couber, o estorno, em dobro, do desconto indevido ao **CONSIGNADO**;

**8.5.** A **CONSIGNATÁRIA**, na data da contratação, fornecerá ao **CONSIGNADO** uma cópia da planilha contendo os cálculos que compõem o CET;

**8.6.** A **CONSIGNANTE** somente alterará o valor e prazo da parcela de contrato de empréstimo nos casos de decisão judicial;

**8.7.** O critério da análise do crédito concedido ao **CONSIGNADO** cabe, exclusivamente, à **CONSIGNATÁRIA**;

**8.8.** Somente o **CONSIGNADO** terá o acesso ao saldo de sua margem consignável e autorizará a reserva da mesma a uma **CONSIGNATÁRIA** mediante a utilização do código único gerado por ele no Portal de Consignações;

**8.9.** Será da responsabilidade da **CONSIGNATÁRIA** possibilitar ao **CONSIGNADO** a quitação das parcelas inadimplentes por intermédio de boleto bancário, devido à queda de margem do **CONSIGNADO**, cabendo à **CONSIGNATÁRIA** a liquidação no sistema da parcela paga por boleto. Essas cobranças devem considerar, pelo menos, cinco dias úteis de prazo de vencimento, contados da data de sua emissão, só podendo haver juros ou multa se neste período não ocorrer o pagamento. Decorridos seis meses sem reimplantação automática, o sistema eConsig não mais efetuará tentativas de reimplantação automática para o contrato em questão, considerando-o, desta forma, concluído no Portal;

**8.10.** Nos casos de **CONSIGNATÁRIAS** optantes pela reimplantação automática, é permitido o pagamento por meio de boleto bancário de parcela não descontada antes dos seis meses mencionados no item anterior, sempre que for do interesse do **CONSIGNADO**, sendo de responsabilidade da **CONSIGNATÁRIA** a liquidação no sistema, da parcela paga por boleto;

**8.11.** Caso o Portal não comande automaticamente a reimplantação da parcela não processada no mês anterior, as cobranças efetuadas por boleto bancário ou na conta-corrente do **CONSIGNADO**, desde que autorizado no contrato de empréstimo assinado entre as partes (**CONSIGNADO** e **CONSIGNATÁRIA**), devem considerar, pelo menos, cinco dias úteis de prazo de vencimento, contados da data de sua emissão, só podendo haver juros ou multa se nesse período não ocorrer o pagamento, cabendo à **CONSIGNATÁRIA** a liquidação, no sistema, da parcela paga por boleto;

**8.12.** Cabe exclusivamente à **CONSIGNATÁRIA** a responsabilidade pelo cadastro de seus usuários no Portal, vinculando-os a um IP de acesso. Somente estarão aptos a utilizar o sistema os usuários que possuam o(s) IP(s) de sua(s) máquina(s) registrado(s) e relação de emprego por contrato de trabalho com a **CONSIGNATÁRIA**, ou seja, somente poderá ser cadastrado no Portal de Consignações funcionários com **vínculo empregatício com a CONSIGNATÁRIA**. No entanto, a **CONSIGNATÁRIA** é a responsável pelos atos de empresa e pessoas, que atuem em seu nome para captação de empréstimo, conforme item 6.2. da Cláusula Sexta. O não cumprimento deste item poderá acarretar o bloqueio da **CONSIGNATÁRIA** no Sistema e até a rescisão do presente contrato;

**8.13.** Nas consignações de contrato de empréstimo pessoal, a **CONSIGNATÁRIA** deverá depositar o Valor Líquido Liberado (VLL) da operação, na conta-corrente do **CONSIGNADO** registrada no SISPAG, que deverá expressar no Portal de Consignações o mesmo valor creditado na conta-corrente de pagamento do **CONSIGNADO**. Para tanto, deverá inserir os dados bancários do **CONSIGNADO** diretamente no eConsig. Caso estes dados não correspondam aos constantes no SISPAG a operação não terá prosseguimento. O não cumprimento desta Cláusula poderá acarretar a suspensão do Contrato de empréstimo no Sistema;

**8.14.** O **Custo Efetivo Total (CET)** deverá estar expresso na forma de taxa percentual anual, capitalizada anualmente, bem como, a taxa equivalente mensal, capitalizada mensalmente e deverá ser calculado considerando os fluxos referentes às liberações e aos pagamentos previstos contratualmente, incluindo a taxa de juros pactuada, tributos (IOF), tarifas, seguros, comissões, corretagens e todas as outras despesas que o **CONSIGNADO** deverá arcar, mesmo que relativas ao pagamento de serviços de terceiros contratados pela **CONSIGNATÁRIA**;

**8.15.** A **CONSIGNATÁRIA** deve assegurar que o **CONSIGNADO**, no momento do fechamento da operação financeira, tome expresso conhecimento (no contrato) do percentual da taxa de juros e dos demais custos e despesas que compõem o empréstimo que ele está contraindo, incluindo, se houver, os serviços prestados por terceiros e concorde, também de forma expressa, que tais custos e despesas componham os custos da operação (**CET**);

**8.16.** A **CONSIGNATÁRIA** poderá, a seu critério, incluir na parcela mensal descontada ou no valor total da operação os custos e despesas que compõem o CET, estabelecidos no § 2º, do art. 1º, da Resolução nº 3.517/2007, do Conselho Monetário Nacional - CMN. Entretanto, os efeitos financeiros de tais encargos no CET da operação não poderão fazer com que este CET seja maior que o CET informado mensalmente, bem como o CET máximo definido pela **CONSIGNANTE**;

**8.17.** Para efeito de cálculo do CET, além das despesas e custos previstos no item 10.14 desta Cláusula, praticados pela **CONSIGNATÁRIA**, serão considerados o Valor Líquido Liberado (VLL), o Valor da Parcela Mensal Descontada, o Número de Parcelas e a Taxa de Juros Mensal;

**8.18.** Por VLL entende-se, exclusivamente, o valor do depósito em conta-corrente do **CONSIGNADO**. Caso o empréstimo consignado seja destinado, no todo ou em parte, à quitação antecipada de dívidas, o VLL será, exclusivamente, a soma do valor do depósito em conta-corrente do **CONSIGNADO** do SISPAG, com o (s) valor (es) transferido (s) pela **CONSIGNATÁRIA** ao (s) credor (es) anterior (es);

**8.19.** A **CONSIGNATÁRIA**, após efetivado o empréstimo, terá até 2 (dois) dias úteis para realizar o depósito do Valor Líquido Liberado (VLL), na conta-corrente de pagamento do **CONSIGNADO** registrada no SISPAG;

**8.20.** A **CONSIGNATÁRIA** não poderá exigir do **CONSIGNADO** a aquisição de produtos e/ou serviços, para a concessão de empréstimo. No entanto, a EC que, por força de Lei ou Regulamento (previdência e pecúlio, por exemplo), somente puder efetivar empréstimo para seu quadro de sócios, poderá fazê-lo, desde que o valor do produto ou serviço oferecido esteja computado na taxa do CET. Para melhor entendimento da situação apresentada, segue o exemplo abaixo:

“Em um empréstimo consignado, cujo valor da prestação seja de R\$ 200,00 e o valor associativo (produtos

e/ou serviços) seja de R\$ 10,00, a parcela de empréstimo que será descontada no BP do militar/pensionista será de R\$ 190,00 e o valor associativo (produtos e/ou serviços) de R\$ 10,00, em uma parcela separada. Assim, a taxa do CET será cumprida, sem nenhum tipo de ônus adicional repassado para o Consignado, relativo ao valor final da parcela, desvinculando, desta forma, qualquer configuração de venda casada”;

**8.21.** As consignações de contrato de serviço de empréstimo, firmadas pelo **CONSIGNADO**, deverão observar os meios que atendam às normas editadas pelo CMN, em especial o disposto na Resolução nº 1559, de 22 de dezembro de 1988, combinada com a Resolução nº 3258, de 28 de janeiro de 2005, todas do CMN;

**8.22.** A portabilidade de contratos deverá seguir as regras estabelecidas na Resolução 4.292/2013 do Banco Central. No entanto, a **CONSIGNATÁRIA** poderá realizar uma pré-reserva da margem do contrato comprado no Sistema, na opção “Renegociar Contratos de Terceiros”. Essa opção possibilita que após a liquidação do contrato, a margem pré-reservada seja automaticamente “Deferida”, ficando o código único mobilizado no ato dessa operação;

**8.23.** A **CONSIGNATÁRIA** deverá, obrigatoriamente, para todos os fins do cálculo do saldo devedor, obedecer as regras contidas na Resolução nº 3516 de 06 de dezembro de 2007, do CMN;

**8.24.** Fica proibido à **CONSIGNATÁRIA** utilizar quaisquer outras soluções, no intuito de efetivar um empréstimo consignado, que não sejam às estabelecidas neste contrato e nos seus anexos;

**8.25.** Na contratação de Correspondentes a **CONSIGNATÁRIA** deverá cumprir as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, em especial o estabelecido na Resolução nº 4.935 de 29 de julho de 2021, que altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de Correspondentes no País, além das condições previstas neste contrato.

**8.26.** A **CONSIGNATÁRIA** poderá, a seu critério e responsabilidade, realizar desconto parcial com a adequação do valor e do prazo da parcela que encontra-se inadimplente, desde que obedeça a margem consignável disponível e possua prévia autorização do **CONSIGNADO** no contrato de empréstimo celebrado entre as partes (EC e o Militar/Pensionista) ou em outro documento com a sua anuência. A EC que optar por essa modalidade de desconto, não poderá cobrar juros, multas e encargos, dos Consignados, bem como incluir seus nomes nos Órgãos de Proteção ao Crédito. Sendo de total responsabilidade e critério da EC em operacionalizar essa modalidade de desconto, por sua conta e risco, inclusive nas demandas judiciais e/ou administrativas. As regras operacionais para a referida modalidade de desconto estão contidas nas Regras de Funcionamento e Operacionalização do Desconto Consignado em Folha de Pagamento para as Entidades Consignatárias, anexa a este contrato;

**8.27.** O saldo devedor para liquidação ou amortização de contratos será calculado de acordo com as regras estabelecidas pelo Banco Central;

**8.28.** A qualquer tempo, durante a vigência do contrato, o **CONSIGNADO** poderá solicitar o saldo devedor de seus contratos à **CONSIGNATÁRIA**, em qualquer agência, posto ou escritório da **CONSIGNATÁRIA**;

**8.29.** A **CONSIGNATÁRIA** não poderá exigir, na solicitação de saldo devedor, o reconhecimento de firma ou a remessa de correspondência para outra localidade diferente de onde o **CONSIGNADO** tenha efetuado a contratação do serviço de empréstimo. A solicitação de saldo devedor deverá ser efetuada com emissão de protocolo ao **CONSIGNADO** de modo a facilitar a identificação do contrato de empréstimo;

**8.30.** Uma vez recebida a solicitação de liquidação antecipada, a **CONSIGNATÁRIA** deverá emitir, em até cinco dias úteis, boleto bancário para pagamento, constando o número de parcelas que estão sendo quitadas e o valor da parcela quitada. O prazo de vencimento do boleto não poderá ser inferior a sete dias úteis, contados da data de sua emissão;

**8.31.** Caberá exclusivamente ao **CONSIGNADO** e à **CONSIGNATÁRIA** acordarem sobre a quitação de

parte da dívida;

**8.32.** Os contratos de empréstimo quitados antecipadamente pelo **CONSIGNADO**, perante a **CONSIGNATÁRIA**, terão um prazo de três dias úteis para serem cancelados/liquidados no Sistema Digital de Consignações – Portal. O não cumprimento deste prazo poderá acarretar a suspensão do acesso da **CONSIGNATÁRIA** ao Portal para novas consignações, até que este apresente à **CONSIGNANTE**, formalmente, a comprovação do cancelamento/liquidação no Portal de Consignações e o motivo de não ter cancelado/liquidado o contrato quitado dentro do prazo estipulado; e

**8.33.** Caso o **CONSIGNADO** tenha direito a devolução da parcela em trânsito, por ocasião da liquidação antecipada da dívida, a **CONSIGNATÁRIA** deverá restituir ao mesmo, na conta-corrente registrada no SIS-PAG, o valor descontado dessa parcela, até o quinto dia útil do mês.

**8.34.** O **CONSIGNADO** não poderá receber em folha de pagamento quantia líquida inferior a 30% das parcelas denominadas base para desconto (Art.14 da MP nº 2215-10/2001), ou seja, a soma mensal dos descontos será limitada a 70% da remuneração ou dos proventos. Neste limite incluídos os descontos obrigatórios e autorizados, sendo que as consignações obrigatórias têm prioridade sobre as autorizadas. A limitação dos descontos a um percentual diferente do estabelecido na legislação acima mencionada, somente poderá ser realizada por determinação judicial, na qual a **CONSIGNANTE** seja citada a cumprir.

**8.35.** É vedado exceder o limite de descontos previstos no item anterior, ficando entendido que a responsabilidade pela observância desse limite é da **CONSIGNATÁRIA** e do **CONSIGNADO**, respondendo cada um, independentemente, pela inobservância de tal limite, quando for o caso.

**8.36.** No caso do total de consignações exceder o limite autorizado da margem consignável, em decorrência da entrada de desconto obrigatório, o sistema retirará, automaticamente, os descontos autorizados por ordem inversa de antiguidade, analisadas pela “data-início” da implantação do desconto no SIS-PAG. Cabe exclusivamente ao **CONSIGNADO** efetuar, junto à **CONSIGNATÁRIA**, a regularização da parcela não descontada.

**8.37.** Havendo indícios de irregularidades no lançamento do desconto no Portal de Consignações pela **CONSIGNATÁRIA**, a parcela objeto da análise será suspensa preventivamente, até a conclusão do procedimento judicial ou administrativo, conforme o caso.

**8.38.** A reclamação do **CONSIGNADO** será encaminhada às **CONSIGNATÁRIAS**, por intermédio de Notificação, que deverá ser respondida no prazo de três dias úteis contados a partir do recebimento da Notificação. Na ausência de resposta ou se a mesma for insatisfatória, a Notificação será reiterada, podendo gerar a suspensão do desconto motivador da reclamação ao a suspensão da **CONSIGNATÁRIA**, até que os fatos sejam esclarecidos.

**8.39.** A devolução dos valores descontados indevidamente deverá ser realizada em dobro, pela **CONSIGNATÁRIA**, sem prejuízos às medidas judiciais propostas pelo **CONSIGNADO**.

## **9. CLÁUSULA NONA - DO LEILÃO REVERSO**

**9.1.** O Leilão Reverso é um módulo do Sistema Digital de Consignações, no qual o **CONSIGNADO** disponibiliza às **CONSIGNATÁRIAS** a sua necessidade de crédito, que após o conhecimento dessa informação podem oferecer lances sucessivos de taxas do Custo Efetivo Total (CET), menores que a taxa do CET inicial apurada na simulação. Vence o Leilão a **CONSIGNATÁRIA** que ofertar a menor taxa.

**9.2.** O Leilão Reverso seguirá as mesmas disposições contidas na Cláusula Décima Primeira, no que couber, além das especificadas abaixo:

**9.2.1.** O Leilão terá a duração de 48 horas úteis, independente do calendário de feriados oficiais.



**9.2.2.** No momento em que o **CONSIGNADO** colocar às **CONSIGNATÁRIAS** a sua necessidade de crédito em Leilão, lançando o valor desejado, o número de prestações e o Estado da Federação no qual de-seja realizar o empréstimo, vinculando-o ao valor inicial da parcela do certame, a Margem Consignável (MC) estará previamente reservada para esse fim e, também, autorizará a visualização da sua MC e do seu posto/graduação, bem como os demais dados financeiros já disponibilizados no Portal de Consignações.

**9.2.3.** Caso não haja **CONSIGNATÁRIA** interessada em ofertar lance no Leilão, após 48 horas úteis, a MC previamente reservada será liberada e o Leilão encerrado sem vencedor.

**9.2.4.** O número máximo de parcelas a serem praticadas no Leilão Reverso é o mesmo do empréstimo consignado convencional, atualmente em 72 prestações.

**9.2.5.** Durante o Leilão, os Consignados visualizarão apenas os dados da consignação objeto do certame. No entanto, não terão acesso à identificação de qual **CONSIGNATÁRIA** está ofertando o lance. Essa visualização somente ocorrerá ao fim do Leilão, no momento em que o mesmo conhecer a proposta vencedora do certame. Da mesma forma, as **CONSIGNATÁRIAS** não identificarão as outras concorrentes.

**9.2.6.** Encerrado o Leilão com vencedor, o **CONSIGNADO** receberá automaticamente um Código Único no seu e-mail previamente cadastrado. Esse código terá a validade de até 20 (vinte) dias corridos e estará vinculado ao contrato objeto do certame, não podendo ser utilizado em outras operações.

**9.2.7.** Após a definição da **CONSIGNATÁRIA** vencedora, o **CONSIGNADO** deverá comparecer a mesma para formalizar a assinatura do contrato, do Formulário de Autorização para Desconto e a entrega do Código Único, bem como de toda a documentação exigida (comprovante de residência, carteira de identidade expedida pela MB, CPF e último BP). O não comparecimento do **CONSIGNADO** para efetivação do contrato acarretará, após dez dias corridos, a liberação automática da margem pré-reservada e a conclusão do Leilão, sem qualquer obrigação entre as partes envolvidas na negociação;

**9.2.8.** A **CONSIGNATÁRIA** vencedora do Certame não poderá exigir do **CONSIGNADO** a aquisição de produtos e/ou serviços, para que o contrato de empréstimo proveniente do Leilão seja assinado. No entanto, a **CONSIGNATÁRIA** que, por força de Lei ou Regulamento (previdência e pecúlio, por exemplo), somente puder efetivar empréstimo para seu quadro de sócios poderá participar do certame. Contudo, se vencedora, terá que cumprir a taxa do CET oferecida por ela no final do Leilão, mantendo, também, o valor da prestação, pois quaisquer produtos e/ou serviços deverão estar inclusos no valor da referida prestação. Para melhor entendimento da situação apresentada, segue o exemplo abaixo:

Em um leilão concluído, cujo valor da prestação vencedora seja de R\$ 200,00 e o valor associativo (produtos e/ou serviços) seja de R\$ 10,00, a parcela de empréstimo que será descontada no BP do militar/pensionista será de R\$ 190,00 e o valor associativo (produtos e/ou serviços) de R\$ 10,00, em **uma** parcela separada. Nesse sentido, o **CONSIGNADO** deverá apresentar um código único separado para a mensalidade, além do que é gerado automaticamente pelo sistema, para o contrato vencedor do Leilão. Assim, a taxa do CET será cumprida, sem nenhum tipo de ônus adicional repassado para o **CONSIGNADO**, relativo ao valor final da parcela, desvinculando, desta forma, qualquer configuração de venda casada.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

**10.1.** Qualquer dos contratantes poderá denunciar este Contrato, mediante simples comunicação ao outro, com antecedência mínima de noventa dias, ou dá-lo por rescindido, de pleno direito, por descumprimento das condições pactuadas, assim como quaisquer dos motivos elencados no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, resguardada a responsabilidade das obrigações das Partes, decorrentes do prazo em que vigorou o instrumento, quanto aos benefícios adquiridos pelos **CONSIGNADOS** nesse período, bem como a conclusão das operações em curso.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**11.1.** A fiscalização e a gestão do contrato por parte do consignante não exonerarão a CONSIGNATÁRIA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

**11.2.** O Fiscal do Contrato será nomeado pelo Diretor da Pagadoria de Pessoal da Marinha e comunicado a CONSIGNATÁRIA, assim como, quando necessário, o seu suplente ou substituto.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

**12.1.** As Partes deverão emendar seus melhores esforços para resolver amigavelmente as questões e divergências surgidas na execução deste Contrato.

**12.2.** Este Contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos do direito público brasileiro, sem prejuízo da aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**13.1.** O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**13.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições permanecem vantajosas para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**13.3.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**13.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**13.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**13.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

**14.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e

condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** será admitida subcontratação.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PREÇO**

**16.1.** A presente contratação é considerada não onerosa para essa Administração.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- PAGAMENTO** ([art. 92, V e VI](#))

**17.1.** A presente contratação é considerada não onerosa para essa Administração.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REAJUSTE** ([art. 92, V](#))

**18.1.** A presente contratação é considerada não onerosa para essa Administração.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**19.1.** A **CONSIGNATÁRIA** está obrigada a entregar ao **CONSIGNADO**, uma cópia do acordo que rege o vínculo entre ambos, divulgar os serviços e as facilidades oferecidas aos **CONSIGNADOS**, bem como prestar informações a respeito de qualquer divergência ou erro, em rubricas/parcelas de consignações autorizadas, observado pelo **CONSIGNADO** em seu BP. A responsabilidade em comprovar administrativa ou juridicamente a regularidade da operação será exclusivamente da **CONSIGNATÁRIA**.

**19.2.** As demandas judiciais e administrativas que forem encaminhadas à **CONSIGNANTE**, cujo objeto seja Desconto Digital (automação) serão direcionadas à **CONSIGNATÁRIA**, para que a mesma responda diretamente à Justiça ou ao **CONSIGNADO**, ressalvando os casos em que a resposta deva ser encaminhada à **CONSIGNANTE**, por decisão exclusiva da mesma.

**19.3.** A **CONSIGNANTE** ou órgão da estrutura organizacional da Marinha, com expertise no assunto, poderá, a qualquer tempo, e sem prejudicar o funcionamento do Portal de Consignações, utilizar técnicas de auditoria de sistemas. As irregularidades apontadas na auditoria, ouvida a **CONSIGNATÁRIA**, poderão acarretar a suspensão do acesso ao Sistema Digital de Consignações ou até mesmo a rescisão deste Contrato.

**19.4.** Deverá constar como Cláusula nos contratos ou documentos que gerarem os descontos, a autorização do **CONSIGNADO** para que a **CONSIGNANTE** possa consultá-los e auditá-los a qualquer tempo.

**19.5.** A **CONSIGNATÁRIA** deverá manter sob sua guarda por período indeterminado os contratos ou documentos, log, trilhas de auditoria do sistema e os documentos utilizados para autorizar os descontos físicos e digitais, conforme o caso, disponibilizando-os para consulta e auditoria a qualquer tempo, em até 5 dias úteis, a pedido da **CONSIGNANTE**, sob pena de suspensão dos descontos **CONSIGNADOS**, a partir do mês em questão, sem prejuízo da suspensão de acesso ao sistema e da rescisão contratual.

**19.6.** A **CONSIGNATÁRIA** se obriga a nomear um setor de sua estrutura orgânica, na cidade do Rio de Janeiro, para funcionar como contato com a **CONSIGNANTE** e como coletor das informações que esta tenha que transmitir à **CONSIGNATÁRIA**.

**19.7.** A **CONSIGNATÁRIA** se obriga a credenciar funcionários (representante cadastrado junto à PA-PEM) para manterem contato com a **CONSIGNANTE**.

**19.8.** A **CONSIGNANTE** designa o Encarregado da Divisão de Consignações da PAPEM como seu elemento de contato.

**19.9.** A **CONSIGNANTE** se obriga a repassar para a **CONSIGNATÁRIA**, conforme dados bancários fornecidos por esta última, até o terceiro dia útil após a data do pagamento de pessoal da Marinha (excluindo feriados bancários), o valor total descontado dos **CONSIGNADOS**.

**19.10.** A solicitação de alteração de domicílio bancário para a concretização do repasse mensal deverá ser realizada, exclusivamente, por ofício, assinado pelo representante cadastrado junto à **CONSIGNANTE** e, excepcionalmente, por um representante legal constituído pela **CONSIGNATÁRIA**, com antecedência mínima de quinze dias à data do repasse mencionado na alínea anterior.

**19.11.** A **CONSIGNATÁRIA** deverá, por ocasião da contratação do serviço de empréstimo pelos **CONSIGNADOS**, exigir, no mínimo, a apresentação dos seguintes documentos originais, mantendo em arquivo a cópia dos mesmos, exceto para os descontos autorizados na forma digital (automação).

**19.11.1.** Carteira de identidade expedida pela Marinha do Brasil.

**19.11.2.** CPF.

**19.11.3.** Comprovante de residência.

**19.11.4.** Um dos três últimos Bilhetes de Pagamentos (BP). Chama-se a atenção para o fato de que os BP impressos constantes do site da **CONSIGNANTE** poderão ser autenticados nesse mesmo site.

**19.11.5.** Dados bancários da conta a ser depositado o valor da operação. Chama-se atenção para o fato de que o depósito do Valor Líquido Liberado (VLL) somente poderá ser efetivado na conta-corrente do **CONSIGNADO** registrada no SISPAG. O Sistema de Consignações não permite o registro de outra conta-corrente que não esteja registrada no SISPAG, exceto para as operações realizadas na forma digital (automação), uma vez que na automação o sistema não registra dados bancários. No entanto, permanece também para essa modalidade (automação) a obrigatoriedade do depósito do Valor Líquido Liberado na conta registrada no SISPAG; e

**19.11.6.** O Formulário de Autorização de Desconto, gerado pelo Portal de Consignações e assinado pelo **CONSIGNADO**, quando da reserva de margem consignável para solicitação de empréstimo, exceto na forma digital.

**19.12.** Será de total responsabilidade da **CONSIGNATÁRIA** a verificação da veracidade da documentação apresentada.

**19.13.** Para o desconto de mensalidade será apenas necessária a apresentação dos documentos constantes do item 19.11.1, 19.11.2 e 19.11.6;

**19.14.** A devolução de numerário descontado ou cobrado indevidamente por parte da **CONSIGNATÁRIA** deverá ocorrer em dobro, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC), no prazo máximo de 48 horas, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela PAPEM ou da manifestação direta do próprio **CONSIGNADO**, excetuando-se a parcela em trânsito, que é aquela que devido à cronologia do Calendário de Pagamento da Marinha, não foi possível ser retirada do Bilhete de Pagamento em tempo hábil. O não cumprimento do montante total a ser devolvido e do prazo de devolução poderá acarretar a suspensão do acesso da **CONSIGNATÁRIA** ao Portal para lançamento de novas consignações, até que a situação seja regularizada, ou a critério da **CONSIGNANTE**;

**19.15.** A **CONSIGNANTE** não se responsabilizará pela inadimplência motivada pela perda do vínculo re-

muneratório do **CONSIGNADO** com a Marinha. A PAPEM disponibilizará, mensalmente no Sistema, um arquivo contendo a relação das matrículas bloqueadas e suspensas;

**19.16.** A **CONSIGNATÁRIA** deverá apresentar à **CONSIGNANTE**, quando solicitado, uma declaração de que continua atendendo as condicionantes gerais para a sua admissão, sob pena de, não o fazendo, ter o contrato rescindido, de acordo com o Inciso XVI, do Art. 92, da Lei nº 14.133/2021;

**19.17.** Os comandos de implantação, alteração e exclusão das consignações são privativos da **CONSIGNATÁRIA**, ressalvando-se os casos de exclusão causada por decisões judiciais, deserção, demissão, expulsão, Licenciamento do Serviço Ativo da Marinha (LSAM) e falecimento do **CONSIGNADO** e, qualquer outro caso que a considere, a seu critério exclusivo, como especial, cujo comando cabe à PAPEM. Em quaisquer dessas situações, a **CONSIGNANTE** não responderá por qualquer dano ou responsabilidade;

**19.18.** É vedada à **CONSIGNATÁRIA** assediar ou pressionar o **CONSIGNADO** para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente em se tratando de idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio;

**19.19.** Para concessão de crédito consignado a **CONSIGNATÁRIA** deverá observar os preceitos da Lei nº 14.181 de 01 de julho de 2021, que dispõe sobre o aperfeiçoamento da disciplina do crédito ao consumidor, a prevenção e o tratamento do superendividamento;

**19.20.** Com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, a **CONSIGNATÁRIA** ou empresas ou pessoas que atuem em seu nome deverão observar os preceitos contidos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais do **CONSIGNADO**, sendo de sua inteira responsabilidade os dados financeiros existentes no Portal de Consignações, compartilhados com a **CONSIGNATÁRIA**, inclusive por vazamentos provocados por empresas ou pessoas que atuem em seu nome, incluindo-se as responsabilidades penais ali contidas. Nesse sentido, cabe a **CONSIGNATÁRIA** cumprir rigorosamente os mandamentos da citada Lei, em especial, no que diz respeito ao tratamento e compartilhamento de dados com terceiros, que somente pode ser realizado com a autorização expressa do titular dos dados;

**19.21.** Caso uma **CONSIGNATÁRIA** seja incorporada, vendida ou tenha a sua carteira de empréstimo transferida para outra Instituição Financeira, com ou sem vínculo contratual com a **CONSIGNANTE**, os contratos de empréstimo de titularidade da mesma permanecerão no mesmo código de rubrica, CNPJ e com a mesma nomenclatura, a fim de evitar questionamentos administrativos e jurídicos por parte do **CONSIGNADO**, até a extinção de todos os descontos na Folha de Pagamento. No entanto, depois de tal transferência ser comprovada juridicamente junto a **CONSIGNANTE**, a nova detentora da Carteira poderá indicar um novo domicílio bancário para os repasses dos descontos consignados dessa rubrica. A gestão e o controle da rubrica no Sistema de Consignações permanecerão com o mesmo login;

**19.22.** No caso do item anterior, sendo o comprador, incorporador ou cessionário uma Instituição Financeira sem vínculo com a **CONSIGNANTE**, a mesma somente poderá realizar novos empréstimos consignados utilizando a razão social e o CNPJ da **CONSIGNATÁRIA** comprada, incorporada ou cedida;

**19.23.** A **CONSIGNATÁRIA** incorporada, vendida ou que cedeu a sua carteira de empréstimo deverá enviar comunicação a todos os **CONSIGNADOS** que possuam contratos de empréstimos ativos, para informá-los sobre a incorporação, venda ou cessão da sua carteira, tranquilizando-os que nenhuma alteração ocorrerá nas condições originais pactuadas na contratação;

**19.24.** Para processamento das consignações em folha de Pagamento a **CONSIGNATÁRIA** deverá cumprir as normas, regras e diretrizes estabelecidas pela **CONSIGNANTE**

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**20.1.** As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**20.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

**20.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**20.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**20.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**20.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**20.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**20.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**20.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da , inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**20.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**20.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**20.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**20.12.** Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**20.13.** Da Confidencialidade:

**20.13.1.** *Sigilo: Cada Parte compromete-se a observar a edição da Lei nº 12.527/2011 – Lei de acesso à Informação – que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do parágrafo 3º do art. 37 e no parágrafo 2º do art. 216 da Constituição Federal, bem como observar os requisitos constantes dos incisos II, III, IV, V e VI do art. 48 do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012. Assim como, observar a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).*

**20.13.2. Banco de dados:** Sem prejuízo de outras informações consideradas pela **CONSIGNANTE** como informações confidenciais, considerar-se-á informação confidencial e de interesse da segurança nacional os dados individuais que permitam a identificação, razão pela qual esses dados deverão ser mantidos apenas em sistemas com segurança compatível com a confidencialidade e sigilo requeridos, e o acesso à sua integridade ou a conjuntos significativos deverá ser extremamente restrito ou mesmo tecnologicamente vedado aos funcionários, prepostos ou terceirizados da **CONSIGNATÁRIA**, conforme regras que venham a ser detalhadas e acordadas pelas Partes.

**20.13.3. Sanções:** A revelação de Informações Confidenciais a terceiros caracterizará infração a este Contrato, com a possibilidade de sua rescisão imediata, sem prejuízo das sanções impostas pela LGPD e as contidas neste Contrato.

**20.13.4. Revelação por ordem judicial ou de autoridade pública:** As Partes poderão, por determinação de autoridade pública ou em decorrência de ordem judicial, revelar quaisquer das Informações Confidenciais, bem como prestar todas as informações e subsídios necessários para que a Parte interessada possa defender-se contra a divulgação de quaisquer das Informações Confidenciais.

**20.13.5. Publicidade e Sigilo:** Os procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011 destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO** ([art. 92, XII](#))

**21.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** ([art. 92, XIV](#))

**22.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**22.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) Suspensão da **CONSIGNATÁRIA** para novas contratações por 10(dez), 20(vinte) ou 30(trinta) dias;

v) Rescisão do contrato.

**22.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**22.4.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.5.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**22.6.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**22.7.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**22.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**22.9.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos adminis-



trativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SE-GES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL** ([art. 92, XIX](#))

**23.1.** *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

**23.2.** *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

**23.3.** *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CREDENCIADO pelo CREDENCIANTE, nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

**23.4.** *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

**23.5.** *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

**23.6.** *O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

**23.6.1.** *Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.*

**23.6.2.** *A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.*

**23.6.2.1.** *Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.*

**23.7.** *O contrato poderá ser extinto:*

**23.7.1.** *caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);*

**23.7.2.** *caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).*

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** ([art. 92, VIII](#))

**24.1.** *A presente contratação é considerada não onerosa para essa Administração.*

## **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS** ([art. 92, III](#))

**25.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

**26.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**26.2.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**26.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**27.1.** No caso de descumprimento de qualquer Cláusula deste contrato e de seus anexos, a **CONSIGNATÁRIA** autora estará sujeita à restrições de efetuar novas consignações no Portal de Consignações, podendo ser advertida suspensão no sistema até que as circunstâncias que geraram a suspensão sejam elucidadas, suspensas por prazo determinado ou ter seu Contrato rescindido.

**27.2.** Eventual tolerância de uma parte a infrações ou descumprimento das condições estipuladas neste Contrato, cometidas pela outra Parte, será tida como ato de mera liberalidade, não se constituindo em perdão, precedente, novação ou renúncia a direitos que a legislação ou o Contrato, assegurem às Partes.

**27.3.** Se qualquer das disposições deste Contrato for considerada, por qualquer motivo, nula ou inexecutável, tal nulidade ou inexecutabilidade não afetará as demais cláusulas, que permanecerão válidas e em vigor.

**27.4.** Este Contrato ou os direitos e vantagens de qualquer natureza nele previstos, dele derivados ou a ele vinculados não poderão, sob nenhum fundamento ou pretexto, serem cedidos, transferidos, negociados, dados em garantia, endossados ou caucionados, sem prévia autorização escrita da **CONSIGNANTE**. O não atendimento a esta disposição poderá dar ensejo, a critério do **CONSIGNANTE**, à rescisão contratual por culpa da **CONSIGNATÁRIA**.

**27.5.** Este Contrato obriga as Partes e seus sucessores a qualquer título.

## **28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

**28.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FORO (art. 92, §1º)**

**29.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

## **30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - APÊNDICE**

**30.1.** Apêndice I – Regras de Funcionamento

**30.2.** Apêndice II – Diretrizes de Conduta

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

---

Capitão de Mar e Guerra (IM)  
Diretor da PAPEM

---

Representante da Consignatária